

Estados: União não vai negociar em bloco

Governadores do DF e de Alagoas pedem ajuda a Sarney para refinaranciar dívidas

30 OUT 1996

GLOBO

público

• BRASÍLIA e RIO. O Governo não aceita negociar as dívidas dos estados em bloco. Esse foi o recado dado ontem pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. O presidente Fernando Henrique jogou um balde de água fria nas intenções dos governadores, ao afirmar que não quer reabrir negociações da dívida contratual dos estados, no valor de R\$ 46 bilhões, que está sendo paga em condições previstas num acordo de 1993. Ontem, os governadores do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, e de Alagoas, Divaldo Suruagy, entregaram ao presidente do Senado, José Sarney, uma proposta de renegociação das dívidas dos estados em bloco, em condições facilitadas.

O porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral, disse que a dívida contratual está sendo paga em condições privilegiadas e que o presidente continua aberto a negociações caso a caso da dívida mobiliária (em títulos) dos estados. Pedro Parente disse que

não haverá negociações em bloco, até porque os problemas são diferentes em cada estado:

— Os estados que estão se ajudando, e que são maioria, nós temos que ajudar. No caso dos que optaram por outro caminho que não o ajuste fiscal, a privatização e a reforma, a orientação do presidente é não participar dessas questões fiscais.

A proposta dos governadores contém sugestões — três propostas de emenda à Constituição, duas de projeto de lei, uma de alteração de medida provisória e um projeto de resolução do Senado — para aliviar a dívida dos estados. Em nome do Fórum de Governadores, Suruagy e Buarque pediram ajuda a Sarney para encontrar uma saída. O senador decidiu atender ao pedido de formação de uma comissão especial para consolidar as propostas de mudança na legislação.

Os governadores querem refinaranciar todos os débitos dos estados e suas estatais — quase R\$

100 bilhões — por 30 anos, com carência de 90 dias, correção pelo IGP-DI, e juros de 6% ao ano. Pedem também uma linha de financiamento especial do Tesouro para o pagamento de precatórios e uma alteração na Constituição para pagá-los em oito anos. Os governadores propõem ainda que a concessão de liminares passe da competência de juízes para a de tribunais em causas relativas às relações entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Outra reivindicação é de que os repasses dos estados ao Legislativo e ao Judiciário sejam feitos não por dotação orçamentária, mas por variação da arrecadação mensal. Pedem, ainda, que o Senado reduza de 11% para 6% da receita o limite de comprometimento com o pagamento de débitos, sobrando mais recursos para outras despesas. Em contrapartida, os governadores prometem não emitir novos títulos até atingirem metas de relação receita/despesa.

Parente, que há mais de três

meses vem negociando, com o BNDES, soluções para as dívidas dos estados, disse que há espaço para uma ação da União com os governadores para aprovar as propostas que não envolvam rolagem de débitos já renegociados nem uma negociação em bloco.

— É necessário achar uma solução para o caso dos precatórios, e as liminares também preocupam o Governo. Há disposição de negociar o apoio a estas propostas com os partidos que apóiam o Governo. Mas as dívidas de natureza financeira, como a mobiliária e bancária, são questões em separado, porque o potencial de desorganização dos estados é grande — disse Parente.

O governador do Rio, Marcello Alencar, defendeu a posição do Governo. Ele acredita que os critérios de negociação devem ser comuns, dependendo da situação de cada estado. Segundo Marcello, as dívidas deveriam ser negociadas com deságio de no mínimo 30%. ■